

Os Vereadores abaixo subscritos, membros da Comissão de Justiça e Redação e da Comissão de Finanças e Orçamento, nos termos do artigo 124, inciso IV do Regimento Interno, propõe a seguinte emenda ao **PROJETO DE LEI Nº 012/2025**, de autoria do Poder Executivo.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 005/2025

Art. 1º Altera a redação do caput do art. 62 do Projeto de Lei nº 012/2025, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 62. O Poder Executivo Municipal enviará o projeto de Lei Orçamentária Anual - LOA ao Poder Legislativo até o dia 1º de outubro de 2025, que apreciará a matéria no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme estabelecido no § 5º do art. 42 da Constituição do Estado do Ceará, onde a sua aprovação será precedida de audiência pública na Câmara Municipal, com o objetivo de debater a alocação de recursos nela prevista, devendo, depois de sancionada ser encaminhada pelo Prefeito ao Tribunal de Contas do Estado até o dia 30 de dezembro de 2025.

JUSTIFICATIVA DA EMENDA MODIFICATIVA AO ART. 62 DO PROJETO DE LEI Nº 012/2025 – LDO PARA O EXERCÍCIO DE 2026.

A presente Emenda Modificativa tem por objetivo adequar a redação do art. 62 do Projeto de Lei nº 012/2025, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, com a finalidade de corrigir a base normativa utilizada para fixar o prazo de envio do Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal.

A redação originalmente proposta fundamenta-se no inciso II do § 2º do art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal, dispositivo que trata, de forma expressa, apenas dos prazos aplicáveis à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), não se referindo à Lei Orçamentária Anual.

Contudo, a Constituição do Estado do Ceará, em seu art. 42, § 5º, dispõe de maneira clara e específica sobre o prazo para o envio do Projeto de Lei Orçamentária pelo Chefe do

CÂMARA MUNICIPAL DE AMONTADA
Materia Lida em Plenário
Em, 06/06/2025
Servidor

CÂMARA MUNICIPAL DE AMONTADA
PROTOCOLADO
Recebido em: 05/10/2025
Servidor: Maria Clara Viana
Matricula: 0000-400

CÂMARA MUNICIPAL DE AMONTADA
(X) Aprovado () Desaprovado
() Arquivado
Em, 06/06/2025
Presidente

Poder Executivo ao Poder Legislativo, estabelecendo ainda o prazo improrrogável para sua apreciação e o limite para o envio da lei sancionada ao Tribunal de Contas do Estado. Trata-se, portanto, da norma adequada e aplicável à realidade do Município, cuja autonomia legislativa deve observar os parâmetros fixados pela Constituição Estadual, especialmente nas matérias que não conflitem com a Constituição Federal.

Dessa forma, a alteração ora proposta visa conferir maior segurança jurídica e coerência normativa ao Projeto de Lei, harmonizando-o com o ordenamento jurídico vigente e fortalecendo o papel institucional da Câmara Municipal no processo orçamentário.

Amontada - CE., 05 de junho de 2025.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

MSJF
Maria Sirnara Saldanha Freitas
Presidente

Raimundo Sigefredo Santos Rodrigues
Raimundo Sigefredo Santos Rodrigues
Membro

Wangles Praciano Carneiro
Wangles Praciano Carneiro
Membro

Jorge Ribeiro Siebra
Jorge Ribeiro Siebra
Presidente

Antonio Sobrinho da Silva
Antonio Sobrinho da Silva
Membro

Samuel Lucas Negreiros dos Santos
Samuel Lucas Negreiros dos Santos
Membro